

PERFIL SOCIOECONÔMICO E ECONOMIA SOLIDÁRIA: uma contribuição ao Serviço Social.

Líria Maria Bettiol Lanza¹
Sandra Maria Cordeiro²
Fabrício da Silva Campanucci³

RESUMO

O referido trabalho tratou da experiência preconizada pela Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários – INTES/UEL, em traçar o perfil dos integrantes do Grupo “Mão na Terra” como forma de orientar o trabalho dos profissionais do serviço social. A aplicação de questionários com os integrantes do grupo, mediante a análise dos eixos: gênero, idade, escolaridade e trabalho, demonstrou o alto grau de vulnerabilidade social de seus membros e apontou, como uma das ações do serviço social, a necessidade de articular um plano de trabalho intersetorial, capaz de efetivar e consolidar os direitos desses cidadãos.

Palavras-Chave: Perfil socioeconômico; Economia Solidária; Serviço Social.

ABSTRACT

This study discusses the experience recommended by the Technology Incubator of Enterprises in Solidarity – INTES/UEL, in the profiles of members of the group "Mother Earth" as a way of guiding the work of social service professionals. The questionnaires with members of the group, by analyzing the lines: gender, age, education and work, demonstrated the high degree of social vulnerability of its members and appointed as one of the actions of social services, the need to articulate a intersectoral work plan, able to enforce and strengthen the rights of these citizens.

Keywords: socioeconomic profile; Solidarity Economy, Social Service.

¹ Doutora. Universidade Estadual de Londrina (UEL). liriabettiol@uel.br

² Mestre. Universidade Estadual de Londrina (UEL). sandracordeiro@sercomtel.com.br

³ Estudante de Pós-graduação. Universidade Estadual de Londrina (UEL). fabricao.fsc@hotmail.com

I - INTRODUÇÃO:

O Projeto “GERAÇÃO TRABALHO E RENDA NA HORTA COMUNITÁRIA DO JARDIM CAMPOS VERDES” visa priorizar a organização do trabalho a fim de melhorar seus processos produtivos, suas relações interpessoais e seu modo de produção. A partir disso, espera-se solidificar o trabalho coletivo e aperfeiçoar as habilidades dos envolvidos com o empreendimento para que estes conquistem o mercado de forma estruturada.

Para alcançar os objetivos propostos, a Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários⁴ (INTES) presta assessoria a este grupo de pessoas contando com uma equipe interdisciplinar, através de um Projeto de Extensão da UEL composto por discentes e profissionais das áreas de Agronomia, Psicologia e Serviço Social para desenvolver diversas atividades. Sendo assim, apresenta-se o resultado de uma dessas atividades: o diagnóstico socioeconômico.

Este levantamento de dados se faz necessário para viabilizar o real conhecimento destes indivíduos e da conjuntura na qual estão inseridos.

[...] a leitura e análise sistemática dessa realidade pelos assistentes sociais é de vital importância pois, das solicitações individuais, esparsas, casuais ou institucionalizadas, podem se construir demandas coletivas potencializadoras de novas conquistas e direitos sociais ou de novos serviços e projetos voltados aos interesses diretos da população atendida. (SARMENTO, 2002, p. 8)

Trata-se de um instrumento consolidado de informações quantitativas e qualitativas sobre as condições de vida da população atendida, que será divulgado a todas as áreas envolvidas no Projeto e aos sujeitos desta análise. Pretende-se através disso, subsidiar “a tomada de consciência da qualidade de vida pela própria população, mobilização acerca de direitos sociais”, a organização do trabalho coletivo, a geração de renda “e, principalmente, a democratização das relações socioinstitucionais”. (SARMENTO, 2002, p. 8)

A coleta dos dados foi realizada por técnicos e estagiários de Serviço Social e Psicologia entre fevereiro e abril de 2009, com 13 (treze) pessoas que utilizavam a Horta Comunitária, até então, em uma situação de agricultura familiar. Para fins desse trabalho, foram selecionados os aspectos relacionados ao gênero, idade, escolaridade e trabalho.

⁴ INTES - A incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários nasceu da inquietação de professores de diversas áreas da Universidade frente à marcante desigualdade social existente no país. Suas atividades tiveram início em 2005 com o objetivo de aproximar a Universidade dos trabalhadores excluídos do mercado formal ou em condições precárias de trabalho, através de apoio técnico a cooperativas, associações, grupos de trabalho coletivo, etc.

Cabe aqui observar que dos 13 (treze) formulários aplicados, 07 (sete) pessoas pertencem ao Grupo Mão na Terra⁵ e desenvolvem o cultivo e comércio de hortaliças, leguminosas e plantas medicinais sem a adição de agrotóxicos.

II. CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES DO GRUPO: ALGUNS APONTAMENTOS

Conforme análise dos dados, a maioria dos participantes do grupo é do sexo feminino (54%), havendo um percentual de (46%) do sexo masculino. Esses dados reforçam a discussão sobre as relações de gênero que permeiam a nossa sociedade, em que as mulheres estão mais envolvidas com a participação em grupos de empreendimentos solidários.

Segundo GUÉRIN (apud ANGELIN e BERNARDI, 2007), “a Economia Popular e Solidária apresenta-se como uma possibilidade de superar as diferenças de gênero, por se tratar de uma organização que prima pela solidariedade e cooperação entre seus membros”. Neste sentido, cabe a equipe da INTES, proporcionar esta superação e introduzir um novo conceito de trabalho, pautado no cooperativismo.

O cooperativismo preocupa-se com o aprimoramento do ser humano nas suas dimensões econômicas, sociais e culturais. É um sistema de cooperação que historicamente aparece junto com o capitalismo, mas é reconhecido como um sistema mais adequado, participativo, democrático e mais justo para atender às necessidades e aos interesses específicos dos trabalhadores. (CULTI, 2007, p.1)

Em relação à idade dos integrantes do grupo, a coleta de dados evidenciou que existe um grande percentual (84%) que possui mais de 41 anos, ou seja, a idade considerada pela sociedade, limite para o mercado de trabalho. Desses, 38% estão entre 41 e 50 anos e 46% com mais 51 anos. São pessoas em idade produtiva buscando alternativas de trabalho e renda em um contexto econômico, social e político que apresenta altos índices de desemprego,

aumento da diferença na distribuição da renda e, conseqüentemente, desigualdade e exclusão social sem solução a curto prazo. A parcela da

⁵ Nome escolhido pelo grupo através da dinâmica *Brian Storm*.

população que mais sofre com estas conseqüências é a mais carente, tanto economicamente quanto em termos educacionais. São pessoas que perderam seus empregos dentro da reestruturação produtiva que precariza cada vez mais as condições de trabalho, não gerando novos postos de ocupação, não tendo chances de desenvolvimento social e cultural dentro de uma sociedade desigual. (GALLO, et al., 1995)

No entanto, como bem lembra Culti (2007), a Economia Solidária tem sido “um eficiente mecanismo gerador de trabalho e renda”. Por isso é tão relevante a inserção destes indivíduos neste empreendimento solidário. Frente a esta demanda, o Serviço Social (*na INTES*) tem como objetivo buscar alternativas mobilizando os membros do grupo a participar efetivamente da assessoria ofertada, proporcionando estímulo à vivência de um processo de autogestão, autonomia, tomada de decisões coletivas e educação continuada.

No que se refere à educação foi possível identificar entre os entrevistados um baixo índice de escolaridade. Um fator determinante para a conquista de um espaço no mercado de trabalho contemporâneo, que exige pessoas cada vez mais qualificadas em áreas específicas. Dado que reclama uma atenção especial por parte da assessoria, tanto na execução de oficinas de conteúdo técnico a respeito do ramo de atividade em questão (agricultura), quanto ao estímulo a formação continuada e a retomada dos estudos.

De acordo com o artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.” (BRASIL, 1996)

Neste sentido, a INTES, já em seus objetivos, compromete-se em subsidiar o acesso à informação, inserir os interessados em cursos de capacitação, oferecer oficinas específicas e estimular o grupo de trabalho a não só conhecer, como usufruir de seus direitos.

Dos 11 (onze) entrevistados que afirmaram já ter estudado 05 (cinco) deles cursaram apenas as quatro primeiras séries do Ensino Fundamental. Outros 04 (quatro) verbalizaram ter estudado até a 8ª série, portanto, concluíram o Ensino Fundamental.

Ao Serviço Social, cabe investigar detalhadamente como estes indivíduos que afirmam ter concluído o Ensino Fundamental se comportam frente às situações que requer tais conhecimentos. Isto se faz relevante devido à necessidade destes absorverem ao máximo a assessoria ofertada pela INTES, conquistarem um espaço

no mercado de trabalho de forma estruturada e consciente, além de contribuir para a melhoria da qualidade de vida do indivíduo e de sua família.

Poderemos visualizar de acordo com os relatos dos moradores do Jardim Campos Verdes, que 01 (um) dos principais motivos que os levaram a parar de estudar, refere-se a uma necessidade vital imposta pelo modo de produção capitalista: O TRABALHO.

Também constatamos que nenhum dos entrevistados estuda atualmente. Além disso, outro ponto preocupante é que destas 13 (treze) pessoas abordadas, apenas 05 (cinco) demonstraram interesse em voltar estudar. Destes, há quem pretende realizar um curso técnico, concluir o ensino superior ou ao menos se alfabetizar

Nota-se que grande parte dos moradores do Jardim Campos Verdes entrevistados pela INTES não contribuem com a Previdência Social. Este fato revela a importância de oferecer-lhes orientações previdenciárias e informações sobre direitos sociais, principalmente pelo fato de 77% destes entrevistados já terem contribuído com Instituto Nacional de Seguro Social – INSS. Continuar contribuindo com a Previdência Social significa segurança para estes trabalhadores, principalmente em relação ao auxílio doença, já que alguns contam com a horta financeiramente e a incapacidade laborativa os deixaria com o orçamento familiar comprometido.

Os dados coletados ainda apontam que 85% dos integrantes do grupo tiveram inserção no mercado de trabalho antes dos 18 (dezoito) anos de idade. Apenas 15% afirmaram ter iniciado atividades de trabalho a partir dos 18 (dezoito) anos de idade.

Isto se deve tanto a necessidade de obter recursos financeiros para a subsistência familiar quanto pela ideologia presente na sociedade brasileira. O cientista político Dr. Simon Schwartzman (2001) nos mostra que

Durante muito tempo, o trabalho infantil no Brasil tem sido tratado ora como consequência da pobreza, ora como solução para amenizar seus efeitos. A sociedade concordava ou aceitava que o ideal para as crianças e adolescentes das camadas sociais menos favorecidas seria aprender uma profissão o quanto antes, de modo a contribuir para a renda familiar e evitar a possibilidade de ingresso na marginalidade. A política educacional, até recentemente ainda muito voltada para a manutenção e privilégios, contribuía para essa situação, ajudando a reproduzir o ciclo de desigualdade social. (SCHWARTZMAN, 2001, p. 3)

Este cenário, de acordo com o autor, só começa a ser alterado positivamente a partir da década de 1980 e, principalmente, com a Promulgação da Constituição Federal de 1988 e a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990.

No entanto, mesmo com este avanço político-legislativo, devemos lembrar que transformar a ideologia de uma nação corresponde a um processo histórico que reclama por mobilizações de categorias profissionais distintas, articulação social e universalização da informação. Este processo torna-se ainda mais complexo quando existe uma necessidade intrínseca às ações sociais, neste caso, a carência financeira, que leva pessoas ainda em desenvolvimento a buscarem um espaço no mercado de trabalho.

A necessidade de trabalho e renda na contemporaneidade também impõe aos cidadãos a busca de conhecimentos específicos e de aperfeiçoamento da força de trabalho.

III - CONCLUSÃO

Nesta análise identificamos que 54% dos envolvidos com a Horta Comunitária são mulheres, 84% têm mais de 41 anos de idade, e o índice de escolaridade é baixo se considerarmos as exigências do mercado de trabalho contemporâneo.

Tais necessidades evidenciam a alta vulnerabilidade destes moradores. Por outro lado, afirma a relevância de iniciativas de geração de trabalho e renda, como a proposta pela Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários.

É neste interim que a Economia Solidária se mostra eficiente, afinal, este modelo de atividade econômica visa gerar renda de forma solidária, com a participação integral dos envolvidos com o empreendimento além de superar as diferenças de gênero e idade, aproveitando as habilidades e relevando, através do consenso do grupo, os limites físicos individuais.

Ao serviço social, enquanto profissão inserida na INTES é reservado o papel, dentre outros, de articular e monitorar, junto as demais políticas sociais, partindo das necessidades levantadas pelo estudo, um plano de trabalho capaz de construir ações efetivas em direção a ampliação e consolidação dos direitos desses cidadãos.

REFERÊNCIAS

ANGELIN, Rosângela; BERNARDI, Cecília Margarida. Mulheres na Economia Popular e Solidária: desafios para a emancipação feminina e a igualdade de gênero. **Revista Espaço Acadêmico**. N 70. Março, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Senado Federal: Centro Gráfico, 2009.



BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente. (1990)**. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 2006.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, 23 de abril de 1996.

CULTI, Maria Nezilda. Economia Solidária: Incubadoras Universitárias e Processo Educativo. **Revista PROPOSTA**, Publicação da FASE, ano 31, nº 111, Jan/Mar – 2007.

GALLO, et. al. Incubadora de Cooperativas Populares: uma alternativa à precarização do trabalho.

SARMENTO, Helder Boska de Moraes. Serviço Social, das tradicionais formas de regulação sociopolítica ao redimensionamento de suas funções sociais. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 05, nº 02, p. 114-124, jul./dez. 2002.

SCHWARTZMAN, Simon. Trabalho infantil no Brasil. **Organização Internacional do Trabalho**. 2001.